

10 anos de remissão

ANOSTRA

DAVIDSON SEPINI GONÇALVES

10 ANOS DE REMIÇÃO

Leituras e escritas em cárcere

contra o
VENTO

10 anos de remição

Copyright © 2025 Contra o Vento.

Contra o Vento é uma empresa do Grupo Editorial Alta Books (STARLIN ALTA EDITORA E CONSULTORIA LTDA).

Copyright © 2025 Davidson Sepini Gonçalves.

ISBN: 978-65-5319-085-6

Impresso no Brasil — 1ª Edição, 2025 — Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G643d

1. ed. Gonçalves, Davidson Sepini

10 anos de remição : leituras e escritas em cárcere

/ Davidson Sepini Gonçalves. – 1. ed. Rio de Janeiro :

Contra o Vento, 2025.

200 p.; 16 x 23 cm

Bibliografia.

ISBN 978-65-5319-085-6

1. Leitura – Presídios. 2. Escrita – Educação prisional.
3. Remição de pena – Aspectos sociais. 4. Educação de adultos –
Brasil. 5. Práticas pedagógicas no cárcere. I. Título.

CDD 365.66

CDU 37.013.43

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta obra fora formulado exclusivamente pelo(s) autor(es).

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

Material de apoio e erratas: Se parte integrante da obra e/ou por real necessidade, no site da editora o leitor encontrará os materiais de apoio (download), errata e/ou quaisquer outros conteúdos aplicáveis à obra. Acesse o site www.altabooks.com.br e procure pelo título do livro desejado para ter acesso ao conteúdo.

Suporte Técnico: A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites, programas, materiais complementares ou similares referidos pelos autores nesta obra.

Produção Editorial: Grupo Editorial Alta Books

Diretor Editorial: Anderson Vieira

Editor da Obra: Eduardo de Proença

Vendas Governamentais: Cristiane Mutús

Coordenação de produção:

Alessandra S. O. Proença

Diagramação: Beatriz Nespoli

Capa: Victoria Cristina Eduardo


ALTA BOOKS
GRUPO EDITORIAL

Rua Viúva Cláudio, 291 – Bairro Industrial do Jacaré

CEP: 20.970-031 – Rio de Janeiro (RJ)

Tels.: (21) 3278-8069 / 3278-8419

www.altabooks.com.br – altabooks@altabooks.com.br

Ouvidoria: ouvidoria@altabooks.com.br

Editora
afiliada à:



abdr
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
DIREITOS REPRODUTIVOS

ASSOCIADO
CL
Clube
Brasileiro
do Livro

*À Maria, minha neta, que esse ano completa três anos e gosta de folhear
os livros, ouvir e contar boas histórias...*

ANOSTRA

SUMÁRIO

PREFÁCIO	1
APRESENTAÇÃO	3
INTRODUÇÃO	11
LEITURA E ESCRITA NO CÁRCERE O ESTADO DO CONHECIMENTO	31
LEITURA: DA PRÁTICA À EXPERIÊNCIA	35
A LEITURA COMO EXPERIÊNCIA ESTETICAMENTE TRANSFORMADORA	51
AS RESENHAS	73
RELATOS DA EXPERIÊNCIA	145
DEPOIMENTOS	153
CONCLUSÃO	175
REFERÊNCIAS	181

ANOSTRA

PREFÁCIO

É uma satisfação poder prefaciara obra *10 Anos de Remissão: leituras e escritas em cárcere*, fruto do dedicado trabalho do colega, Professor Davidson Sepini Gonçalves. Ao longo dos anos atuando juntos na PUC Minas Campus Poços de Caldas, testemunhei seu comprometimento não apenas acadêmico, mas social, principalmente nos projetos de extensão que buscam dar voz àqueles que frequentemente são silenciados pela sociedade.

Este livro vai além de uma descrição acadêmica; trata-se de um convite sensível à reflexão sobre o papel social e humanizador da leitura dentro do sistema prisional. Ao compartilhar histórias reais, Davidson nos mostra como o ato simples, porém poderoso, da leitura pode transformar vidas, redefinir trajetórias e oferecer perspectivas renovadas a homens e mulheres encarcerados. Ao fazê-lo, lança luz sobre a dimensão mais profunda do ensino superior: aquela que promove não só o conhecimento técnico, mas também a formação humanística.

Pela narrativa sensível e fundamentada em práticas reais do projeto extensionista que Davidson coordena, somos conduzidos a entender a remissão pela leitura não somente como um benefício jurídico, mas sobretudo como uma prática restauradora e humanizadora. O livro provoca em nós, leitores externos ao cárcere, uma reflexão necessária sobre nossas próprias percepções e preconceitos, incentivando-nos a

reconhecer que o desenvolvimento humano e social se dá de maneira mais significativa quando há escuta, compreensão e oportunidades reais de transformação.

Este é, sem dúvida, um texto imprescindível, tanto pela coragem ao enfrentar um tema delicado quanto pelo compromisso ético e social que nele se revela. A todos que têm em suas mãos esta obra, fica o convite à leitura atenta e empática, para que possam perceber que a verdadeira educação é aquela que humaniza, liberta e transforma.

Boa leitura!

Prof. Dr. Iran Calixto Abrão
Pró-reitor da PUC Minas em Poços de Caldas

APRESENTAÇÃO

Mas se a experiência dos leitores não é radicalmente diferente segundo o meio social, o que difere são os obstáculos. Para alguns, tudo é dado ao nascer, ou quase tudo, para outros, [...]. (Michèle Petit)

Uma tese de doutorado será sempre uma tese de doutorado, por mais que tentemos dar a ela um formato diferente, trata-se de uma pesquisa acadêmica em sua essência.

O que tentei fazer aqui foi torná-la mais palatável, para que o leitor que não tenha tanta intimidade com os termos acadêmicos também possa degustar de uma pesquisa que se propôs desvendar o universo carcerário a partir da leitura de livros e da escrita de resenhas por partes de presos e presas, que se dispuseram a participar de um projeto de extensão da PUC Minas, campus Poços de Caldas sob minha coordenação nesses últimos 10 anos.

Mas, ao mesmo tempo que tentei polpar o leitor menos acadêmico de elementos específicos de um trabalho de pesquisa, não quis privá-lo dos desdobramentos e das inserções dos temas paralelos e transversais que compõem esse modelo de trabalho. Em minha opinião, são temas que enriquecem a temática central e proporcionam ao leitor o contato

com universos epistemológicos e literários estimulantes e, por que não dizer, desafiadores.

Nesse sentido, esse ensaio pretende atingir pessoas que se interessem ou gostariam de conhecer uma parcela da realidade sobre o encarceramento no Brasil, mais especificamente na prática de leitura e escrita nas prisões, passando por outros universos como a teoria literária e de letramento, a psicanálise, o paradigma indiciário, análise de discurso entre outros.

Espero que apreciem o diálogo com as grandes produções teóricas de autores como Michèle Petit; Ítalo Calvino; Antônio Cândido; Jorge Larrosa; Hans Jauss; Alberto Manguel; Umberto Eco; Carlo Ginzburg e outros mais.

O projeto de remição de pena pela leitura nasceu por acaso. Após dez anos, entre 2002 e 2012, desenvolvendo projetos sociais em várias regiões do Brasil, por meio de programas governamentais, como o Programa Universidade Solidária¹ e o Projeto Rondon², surgiu a ideia de atuar no sul do estado de Minas Gerais, região de minha residência e de atuação profissional.

A princípio o objetivo era atuar com atividades de leitura. E quando se fala em leitura, a primeira ideia que nos vem à mente é a de que o local apropriado para se atuar nesse sentido é a escola. Houve então a tentativa de montar um clube de leitura numa escola estadual da região. Porém, a iniciativa foi rejeitada pela direção da escola, com a alegação de desinteresse dos professores e o argumento de que já existia leitura suficiente por lá.

Foi preciso atentar para a necessidade de uma leitura que extrapolasse os domínios das escolas. Houve a necessidade de se levar em conta o profundo caráter social da leitura, que não envolve a persuasão, mas o despertar do desejo.

Foi então que surgiu a possibilidade de desenvolver uma atividade de leitura com presos e presas, a partir de uma reportagem em um programa de televisão sobre um projeto de leitura em presídios de Minas Gerais, com vistas à remição de pena. A primeira visita a um dos

presídios foi frustrante, uma vez que nem foi possível ali entrar para apresentar o projeto ao diretor. Em tempos de rebeliões e tentativas de fuga, a leitura foi adiada. Já no ano seguinte, 2015, uma nova tentativa teve sucesso. O projeto iniciou-se timidamente, com apenas seis leitores ocupando espaço em uma sala exígua, próxima à sala da diretoria. O primeiro pedido foi para que fossem retiradas as algemas dos presos durante o período de leitura, para que pudessem manusear os livros e iniciar uma escrita. Situações muito novas para todos ali. Depois de um breve tempo, a notícia sobre as leituras se espalhou pelo presídio e surgiram muitos outros interessados.

A partir daí o projeto passou a fazer parte da relação de projetos desenvolvidos na PUC Minas *campus* Poços de Caldas como projeto de extensão, e posteriormente tornou-se também projeto de pesquisa, obtendo a adesão de alunos, tanto bolsistas como também voluntários. Concomitantemente, foi elaborado um projeto de doutoramento apresentado ao Departamento de Educação do Instituto de Biociências da UNESP *campus* Rio Claro, recebendo orientação do Prof. Dr. João Pedro Pezzato.

Num segundo momento, o projeto estendeu-se a dois novos presídios da região, atingindo cerca de 250 leitores. Nos três anos de atividades – 2015 a 2017 – muitas experiências aconteceram, como a criação de vínculos com presos, agentes de segurança, gestores e funcionários dos presídios. Mas, especialmente, foi possível um contato muito íntimo com a triste realidade do sistema prisional brasileiro, aqui representado pelos presídios do sul do estado de Minas Gerais. A realidade mais marcante é, sem sombra de dúvidas, a superlotação, entendida como maior responsável pela falta de dignidade humana no cumprimento da pena.

Nas celas, encontravam-se seres humanos amontoados em condições precárias de higiene, sem a menor possibilidade de movimentação e entregues à ociosidade. Alguns apresentavam problemas de saúde crônicos, outros problemas psicológicos, outros ainda carecendo tratamentos dentários. Uma realidade

profundamente impactante e desafiadora para quem tem interesse em estimular a leitura como atividade de promoção da cultura e desenvolvimento pessoal. Nesse momento ficou claro que só é possível a adesão do preso a um projeto dessa ordem em função da remição de pena, sem a qual não haveria a menor motivação para nenhuma atividade tendo em vista as condições de vida lá existentes.

E foi pela referida remição que tudo começou a tomar corpo. O benefício de poder diminuir quatro dias de pena por resenha elaborada e aprovada, podendo acumular até 48 dias de remição no ano, soou como atrativo para os presos e presas que viram na “leitura”, título pelo qual denominaram o projeto, uma possibilidade de diminuir o tempo de permanência atrás das grades.

Alguns eventos (curiosidades) que marcaram o projeto

Afinal, toda leitura é definitiva, toda leitura é provisória. (Julio Pimentel Pinto)

Um projeto de leitura é um projeto de histórias e estórias. Algumas tristes, outras engraçadas, algumas delas revoltantes, mas todas histórias de pessoas que, sintomaticamente, revelam seus medos e suas visões de mundo, portanto enriquecedoras.

Certa vez foi feito um convite para uma entrevista pela imprensa local que se interessou pelo projeto de remição de pena pela leitura e a gravação foi realizada no próprio presídio. O repórter solicitou que alguns dos leitores dessem uma entrevista falando sobre sua participação. Foi, então, indicado um preso que fazia boas resenhas e era sem dúvida um dos mais participativos.

Após a reportagem ir ao ar chegou ao conhecimento da equipe que o leitor em questão era um preso que havia cometido um crime bastante grave, de grande repercussão e comoção na cidade,

o que levou muitas pessoas a fazerem, pelas redes sociais, críticas contundentes ao projeto de remição de pena pela leitura, uma vez que considerou-se que tal criminoso não seria merecedor de nenhum benefício em relação a sua pena.

Essa história corrobora o ideário popular sobre a necessidade do castigo no cumprimento da pena, além de considerar qualquer atividade, mesmo que de caráter cultural e educacional nos presídios como um privilégio e não como um direito.

Outro evento marcante, e que remonta à própria história da leitura, foi a proibição, por parte do Juiz de uma das cidades onde o projeto é desenvolvido, da leitura de alguns livros. O referido Juiz, em visita ao presídio, vistoriou a sala onde ficam guardados os livros e separou 99 deles, enviando depois ao diretor do presídio a lista com a orientação de que não fossem lidos, sob pena de não ser concedido o benefício da remição para os presos ou presas que os lessem.

Houve certa dificuldade para se entender os critérios adotados pelo Juiz para a proibição. Pareceu ser de cunho religioso, uma vez que a maioria das obras proibidas se tratava de literatura sobre temas espíritas.

A notícia da proibição se espalhou e ocorreu, então, um movimento entre os juízes e advogados da cidade, inconformados com a censura, o que resultou numa petição para que o Juiz em questão voltasse atrás em sua decisão. Na petição, o representante do Ministério Público alegou a laicidade do Estado. Porém, a resposta do Juiz foi enfática: “O estado é laico, mas eu não”. Curiosamente, no momento de entrega e defesa da tese que originou esse livro, ouviu-se da recém empossada Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, frase muito parecida, o que atesta a crise histórica brasileira de se definir o que é público e o que é privado, prevalecendo muitas vezes o segundo que é aplicado no campo do primeiro.

Cabe aqui uma breve problematização. O que incomodaria o Magistrado? Uma interpretação equivocada dos sujeitos-leitores ou uma contaminação de suas subjetividades? Que relação de poder é

essa que se autoriza a censura, para além da própria legislação que regulamenta o projeto? O que justifica a exclusão dos livros, mesmo sem tê-los lidos todos? Apenas pelos títulos ou por mera intuição? Qual o lugar dos sujeitos leitores neste contexto arbitrário?

Há que se falar de produção de sentido, mesmo quando não há negociação, como no caso do professor que interpreta o texto para o aluno e direciona o sentido. O Magistrado, por não exercer o magistério, não poderá fazê-lo, sendo, portanto, mais prudente impedir o acesso aos textos.

Antonio Luiz Assunção, dialogando com Michel Foucault afirma:

O controle externo tem como princípio a exclusão, cujos procedimentos são aqueles da interdição, da separação/rejeição e da vontade de verdade. A interdição exerce seu controle tanto sobre o conteúdo do dizer como sobre o direito do sujeito de dizer o que diz [...].

A leitura errada pode produzir um sentido equivocado e consequentemente discursos errados. A leitura do outro – o preso – não pode produzir outros sentidos a não ser os que se referem ao desejo institucional de correção e adequação de sentidos. O que talvez não esteja sendo levado em consideração é a necessidade do leitor de conectar-se com temas que interajam com sua realidade, com seus anseios e perspectivas. Neste caso o critério de relevância não deveria ser do leitor, de acordo com sua dimensão simbólica?

Retirados alguns livros, outros chegaram e alimentaram o desejo dos leitores, como narrado na obra *Um general na biblioteca*, de Ítalo Calvino: “Panduria, nação ilustre, onde uma suspeita insinuou-se um dia nas mentes dos oficiais superiores: a de que os livros contivessem opiniões contrárias ao prestígio militar”. Na narrativa, o Estado-maior de Panduria interditou a biblioteca. Foi instituída uma comissão para avaliar os livros que logo se deparou com algumas incompreensões...

Mas é inacreditável! Um livro sobre as guerras púnicas que fala bem dos cartagineses e critica os romanos! Precisamos denunciá-los imediatamente [...], mas como é que você deixou passar esse romance? Aqui a tropa se sai melhor que os oficiais! É um autor que não respeita a ordem hierárquica!

Tais indagações levaram a comissão a se envolver cada vez mais com a leitura e tomar gosto pelas novas maneiras de ver a realidade. Ao apresentarem o relatório final, revelaram novas ideias e possibilidades proporcionadas pela leitura e foram penalizados por isso. Tomaram gosto demais pelos livros que deveriam proibir e foram mandados para a reserva por motivo de insanidade mental contraída em serviço. Desobrigados das atividades militares, dedicaram-se inteiramente à leitura. Reflexões sobre esse desfecho nos induzem a indagar se, assim como na ficção, tivesse o Juiz lido os livros, não teria se apaixonado por eles?

Na verdade, nunca houve um critério específico quanto às escolhas dos livros para o projeto. Alguns livros já se encontravam no presídio quando iniciado o projeto de leitura e aos poucos novas doações aumentaram o acervo sem nenhum critério de classificação ou censura. A Resolução Conjunta SEDS/TJMG N° 204/2016 assevera que as obras devem ser previamente selecionadas pela comissão responsável pelo projeto, mas não estabelece critérios, mencionando apenas que devem tratar-se de obras “literárias, clássicas, científicas ou filosóficas, entre outras.”

Outro caso relevante que alterou significativamente a dinâmica do projeto de leitura foi a decisão da Juíza que assumiu a comarca de uma das cidades onde o projeto de leitura acontece, declarou apoiar o projeto mas que não concederia remição de pena aos leitores por não concordar com tal expediente, pois, é a favor do cumprimento integral da pena sem nenhum benefício. Segundo o relato da acadêmica

do curso de Direito da PUC Minas presente no momento dessa declaração, a Juíza ainda teria complementado: “Preso meu cumpre pena integral”. Visão singular a da Excelentíssima Juíza, que ignora a resolução estadual e as leis federais, citadas neste estudo, que estabelecem remição de parte do tempo de execução da pena.

Outro evento marcante e que dá o tom das atividades realizadas em presídios ocorreu quando a equipe de alunos e professor se encontrava no pavilhão prisional atendendo os leitores: houve um tumulto desencadeado por uma desavença entre um preso e um agente penitenciário, o que imediatamente incitou toda a população carcerária a gritar palavras de ordem. A equipe de alunos e professor teve que se retirar imediatamente, mas com certa dificuldade, uma vez que o tumulto acontecia na porta do pavilhão. Alguns alunos que atuavam naquele dia estavam no presídio pela primeira vez e o susto foi grande. Contudo, a equipe conseguiu sair do presídio tranquilamente antes que ocorresse qualquer complicação.

-
1. O Programa Universidade Solidária – UNISOL, concebido pelo Governo Federal, teve início em janeiro de 1996, com o objetivo de engajar estudantes universitários em projetos voltados para as comunidades carentes em várias regiões brasileiras. Desde 2009 está ligado ao Centro Ruth Cardoso (PROGRAMA UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA. São Paulo: 2018).
 2. O Projeto Rondon, também idealizado pelo Governo Federal, mobilizou estudantes universitários nas décadas de 1970 e 80 para áreas remotas do país. A nova fase do Projeto Rondon originou-se de uma proposta de reativação do projeto original encaminhada pela União Nacional dos Estudantes ao Presidente da República em novembro de 2003 (PROJETO RONDON. Brasília: 2018)

INTRODUÇÃO

Ao apresentar o livro *Os jovens e a leitura*, de Michèle Petit, lembra o poema “I-Juca Pirama” de Gonçalves Dias, mais precisamente o verso “Meninos, eu vi” e comenta que a autora poderia tê-lo parafraseado abrindo seu livro dizendo: “Leitores, eu vi”.

Essa reflexão inicial, que envolve o índio prisioneiro da tribo dos Timbira e a prática da leitura e da escrita em populações marginalizadas, fez surgir outra paráfrase: Leitores escritores, eu vi, desvelando a experiência de leitura e escrita em presídios do interior do estado de Minas Gerais.

Cabe ressaltar que, embora a legislação sempre se refira apenas à prática de leitura em presídios como sendo a atividade geradora da remição da pena, a escrita das resenhas revela-se tão importante quanto à leitura, mesmo porque ambas são práticas de produção de sentido e assim sendo, vão ao encontro da expectativa que se criou por ocasião do início das atividades de leitura e escrita nos presídios.

Nos dizeres de Maria Rosa de Camargo:

Se a leitura é fonte e espaço de formação, o que não dizer da escrita, do exercício da escrita? Com todas as letras e marcas que definem a condição social da escrita, não há como desconsiderar a relação que se estabelece, solitária,

necessária, tensa, de tortura criadora, que confere um lampejo de existência a si mesmo, porque escreve.

O projeto sobre experiências de leitura e escrita em presídios de cidades do sul do estado de Minas Gerais tem respaldo em leis e portarias federais e estaduais. Na prática, o preso tem o prazo de 21 a 30 dias para a leitura de uma obra literária, e deve apresentar, ao final deste período uma resenha da obra lida, o que possibilita, após avaliação e aprovação da resenha por uma comissão própria, a remição de quatro dias de sua pena. E ao final de até 12 obras lidas e resenhadas, terá a possibilidade de remir 48 dias, no prazo de 12 meses.

A possibilidade de participação no projeto é ofertada a todos os presos e presas uma vez que as atividades de leitura e escrita são realizadas no interior das celas ou no pátio destinado ao banho de sol, não havendo, portanto, impedimento para participação a não ser as restrições disciplinares.

Durante as visitas, fossem elas nas galerias onde se encontram as celas ou no pátio onde acontecia o banho de sol, o professor, alunas e alunos participantes da pesquisa mantinham contato com os leitores e leitoras, indagando sobre o interesse em participar do projeto de leitura, esclarecendo as regras, providenciando as devidas inscrições e apresentando os livros para serem escolhidos pelas leitoras e leitores. Na sequência orientavam sobre a elaboração das resenhas a partir do formulário adaptado da Resolução vigente.

Logo no início do desenvolvimento do projeto de leitura para remição da pena, ao recebimento das primeiras resenhas com os relatos dos leitores, foi possível perceber que outros fatores passaram a compor a dinâmica da experiência de leitura, como a despreocupação com a remição da pena em favor do gosto pela experiência de leitura; um incipiente, mas criativo diálogo com os personagens e os autores; a tomada de consciência de que a prática de leitura contribui para a mudança no cotidiano do cárcere; o desejo de aprimorar o vocabulário

e a caligrafia e até mesmo de escrever um livro; observou-se também nas resenhas, o aprimoramento na estética e no trato com os textos.

Porém, como entender esses e outros fenômenos que podem advir dessa experiência de leitura senão pesquisando de maneira sistemática todos os elementos que a compõem? Elementos esses que vão desde a própria ideia de experiência, aqui também analisada, até as ideias associadas a essa experiência, como as ideologias “RE”: recuperar, ressocializar, repersonalizar, reindividualizar, reincorporar, reinserir, reintegrar e reeducar; e os possíveis efeitos causados no leitor, que porventura possam influenciar sua vida egressa do presídio. O conceito de Ideologia “RE” será esclarecido mais à frente.

Observou-se na elaboração do estado de conhecimento sobre experiência de leitura que a maioria daqueles que executam projetos de leitura em presídios acredita nessa possibilidade, de que a leitura contribuiria para a diminuição da reincidência criminal.

Daí surge outra questão sobre a possibilidade de ressocializar, reinserir e reeducar quem foi dessocializado, excluído ou privado de educação. Seria possível? A experiência de leitura em presídios estaria, portanto, vinculada a um projeto de legitimação do encarceramento como possibilidade de recuperação do sujeito para que possa voltar a conviver em sociedade? Ou essa experiência se limitaria aos objetivos da Resolução Conjunta SEDS/TJMG Nº 204/2016, que o autoriza, a saber: “oportunizar aos recuperandos, os direitos ao conhecimento, à educação, à cultura e ao desenvolvimento da capacidade de pensamento crítico, por meio de atividade de leitura e produção de resenha.”

Note-se que o próprio uso do termo *recuperando* revela uma premissa que indica um processo de intervenção no sentido de colocar de volta ao convívio social e à observação às regras estabelecidas, alguém que por algum motivo tomou o caminho errado. Portanto, a leitura contribuiria para a execução desse programa salvacionista.

Questionando as visões apresentadas pelas ideologias “RE” e as que se baseiam nelas e delegam superpoderes à leitura, é preciso analisar a

experiência de leitura a partir de uma outra via. A via da leitura como um processo de busca do leitor por aquilo que lhe é mais importante, desenvolver nele a capacidade de pensar sobre si mesmo e sobre o mundo de uma maneira autônoma diante da complexidade da vida. Não se trata, portanto, de reumanização ou de qualquer pretensão de “moldar” ou “melhorar” o indivíduo para devolvê-lo à sociedade, mas sim de uma experiência humanizadora em si mesma.

Há que se pensar também que a leitura em si não seria boa ou má e segundo Percival Persival Britto:

[...] nem tem o poder de transformar ou engrandecer as pessoas, individual ou coletivamente. Ler é verbo “transitivo” e, portanto, ao indagar sobre a leitura, seja para considerar seu valor, seja para avaliar a eventual contribuição para a formação de alguém, há de se indagar também sobre os objetivos sobre o qual ela incide, os modos que realiza, as relações que se estabelecem em função dela, etc.

Acredita-se que, nesse contexto, a experiência de leitura se coloca como um valor.

Os nomes dos leitores

Leitor, é tempo de que esta navegação agitada encontre enfim um ponto onde aportar. Será um porto melhor para te acolher que uma grande biblioteca? (Ítalo Calvino)

Apenado, aprisionado, detento, detido, educando, em situação de privação de liberdade, encarcerado, internado, interno, preso, privado de liberdade, recuperando e reeducando. Estes são alguns dos

termos encontrados na literatura quando se quer referir aos leitores participantes do projeto de remição pela leitura.

Chama a atenção a diversidade de nomenclaturas utilizadas, o que indica a dificuldade para retratar por meio desses conceitos a realidade vivenciada pelas pessoas que estão submetidas ao sistema prisional. Utilizado de maneira consciente ou não, cada termo evidencia situações diferentes de uma mesma realidade. Mas, mesmo os conceitos que enfatizam a pena, a prisão, a detenção, a privação de liberdade e o encarceramento parecem não retratar a realidade das prisões onde foram realizados os projetos de leitura. Menos ainda retratam tal realidade os conceitos que ressaltam a recuperação, a educação e a reeducação. Conceitos como interno e internado revelam a dimensão patológica imputada ao sujeito, fato que se observa não só na literatura, mas no convívio dentro da prisão.

Foi percebido durante as visitas aos presídios que a privação de liberdade sempre apresenta outra realidade, relacionada à falta do mínimo de dignidade, esperada para que se submeta uma pessoa ao cumprimento de uma pena.

A superlotação é uma situação que assusta uma vez que transforma celas em jaulas ou gaiolas, dada a ausência de camas, armários para acondicionamento de objetos de uso pessoal e espaço, mesmo que reduzido, para locomoção dos presos.

A visão que se tem do corredor do pavilhão é de um amontoado de pessoas misturadas a sacolas e toalhas, frequentemente deitadas em colchões espalhados pelo chão, ironicamente alcunhados de “praia”, sem a menor possibilidade de movimentação. Não raros foram os casos de presos participantes do projeto de leitura reclamando da dificuldade para a elaboração de resenhas nas celas devido à aglomeração, ao barulho e à baixa luminosidade.

Todavia, não parece razoável dizer da privação de liberdade e do cumprimento da pena sem levar em conta o que que isso representa e não está dito. Importante destacar que, aqui, optou-se por utilizar termo “preso” para denominar de maneira geral aos que estão